

Militares teriam levado ao Pentágono documentos que justificam o golpe

HONDURAS Na argumentação das Forças Armadas, temor era de que funções da instituição “desaparecessem” e que governo Zelaya levasse o país ao comunismo

Claudia Jardim
enviada a Tegucigalpa
(Honduras)

TEMENDO “A expansão do comunismo” bolivariano, em defesa da Constituição e, concretamente, para evitar que o papel das Forças Armadas fosse suplantado, os militares hondurenhos optaram por apoiar o golpe de Estado que depôs o presidente Manuel Zelaya em 28 de junho.

Os argumentos são parte essencial da “explicação” que dois coronéis do país levaram a Washington para tentar mudar o parecer dos Estados Unidos, que, assim como o restante da comunidade internacional, condenaram a destituição de Zelaya. Essa justificativa militar está compilada em uma série de relatórios denominados “Documentação para o Pentágono”, elaborados antes do golpe e a cujos arquivos o **Brasil de Fato** teve acesso.

No documento intitulado “Análise das Forças Armadas sobre a quarta urna”, os militares argumentam que “existe a possibilidade de que possam aparecer setores políticos que, visualizando uma tendência institucional de apoio a essa iniciativa, em um futuro busquem mecanismos para minimizar ao extremo as funções das Forças Armadas, com tendência a desaparecê-las, e fortalecer a Polícia Nacional”.

Quarta urna

As negociações secretas da comissão do Exército hondurenho com políticos estadunidenses gerou ruído no interior das Forças Armadas. A informação publicada pelo jornal argentino *Clarín* – anunciando o velado encontro – levou o chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Romeo Vásquez, a sair a público para negar a realização de tal reunião e apaziguar os rumores de uma possível ruptura no interior da instituição.

Apesar da tentativa da administração de Barack Obama de se desvincular dos bastidores da crise, o embaixador

dos Estados Unidos em Honduras, Hugo Llorens, admitiu recentemente a um dirigente da Frente de Resistência Contra o Golpe que a reunião entre militares hondurenhos e políticos estadunidenses realmente existiu. “O embaixador confirmou que houve esse encontro”, afirmou o dirigente.

Na parte conclusiva da análise destinada ao Pentágono, os militares analisam as supostas consequências da chamada “quarta urna”. “A conformação da Assembleia Nacional Constituinte poderia ter implicações para a instituição [Forças Armadas], já que a Assembleia poderia tomar em consideração a posição [dos militares], contrária à nova Constituição”, diz o documento.

O embaixador dos EUA em Honduras admitiu recentemente a um dirigente da Frente de Resistência Contra o Golpe que a reunião entre militares hondurenhos e políticos estadunidenses realmente existiu

A realização de uma consulta popular, considerada inconstitucional pelos setores golpistas e que havia sido pautada para o dia em que foi dado o golpe de Estado, tem sido o principal argumento para justificar a deposição do presidente hondurenho. O referendo perguntaria se a população estaria de acordo ou não com a instalação de uma quarta urna durante as eleições nacionais de

novembro, na qual a população votaria a favor ou contra a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Em nome da democracia

“Que alternativas tinha o Estado?”. Essa é a pergunta de uma série de questionamentos elaborados pelas Forças Armadas para justificar sua atuação no dia 28 de junho. No documento levado aos Estados Unidos, os militares contemplaram três cenários diferentes. A primeira seria “ficar de braços cruzados e esperar que [o presidente deposto Manuel] Zelaya dissolvesse de forma irreversível os demais poderes do Estado”.

Outra possibilidade seria “substituir o presidente de uma forma diferente da efetuada, dando tempo para que ele recorresse a seus aliados políticos, ideológicos e militares da Alba [Alternativa Bolivariana para as Américas], dirigida por Hugo Chávez”. Essa opção, de acordo com o documento, “implicava derramamento de sangue”.

A última alternativa, de acordo com a análise militar, era “executar uma ação surpresa e incruenta para evitar que Zelaya consumasse seus planos de perpetuar-se no poder e destruísse o sistema democrático”, diz o documento.

As Forças Armadas negam a existência de um golpe de Estado. Argumentam apenas terem cumprido ordens do Tribunal Supremo de Justiça, que emitiu uma ordem de prisão contra Zelaya, no dia 26 de junho. Na véspera, dia 25, o presidente havia ordenado a destituição do chefe do Estado Maior do Exército, Romeo Vásquez, porque ele tinha se negado a distribuir as urnas para a realização do referendo sobre a instalação de uma quarta urna nas eleições de novembro.

Fontes consultadas pelo **Brasil de Fato** acreditam que a demissão de Vásquez “foi a gota d’água” que desencadeou o golpe. De acordo com os golpistas, nesse mesmo dia, Zelaya teria assinado uma carta de renúncia, fato que o presidente deposto nega. “Deixemos de chamar de golpe de Estado a um processo que, na verdade, historicamente, será reconhecido como de defesa e fortalecimento da democracia”, conclui o documento elaborado pelas Forças Armadas e que teria sido levado a Washington.



Romeo Vásquez e Roberto Micheletti: de mãos dadas contra “ameaça comunista”

Hugo Chávez, a “ameaça”

da enviada a Tegucigalpa
(Honduras)

Nos arquivos que teriam sido levados por militares hondurenhos ao Pentágono, nos EUA, aparecem sete vídeos, dos quais quatro são destinados a mostrar os “perigos” que o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, representa para a região. Frases do venezuelano contra o “imperialismo norte-americano” e suas “intenções” de desenvolver armamento nuclear com o Irã, entre outros pontos, foram destacados em um conteúdo que reproduz quase que literalmente todas as acusações realizadas pela administração de George W. Bush contra o governo do país sulamericano. “Estamos vivendo uma reedição dos anos 1980”, afirma Bertha Oliva, dirigente do Comitê de Familiares de Detidos Desaparecidos em Honduras (COFADEH). “Antes, os militares reprimiam, desapareciam, utilizando como argumento o combate ao comunismo e ao castrismo. Agora, usam Chávez como desculpa para justificar seus fantasmas”, acrescenta.

Segundo Miguel A. García Padgett, comandante-geral do Exército, o golpe freou “a expansão desse regime comunista, socialista, disfarçado de democracia, liderada na América do Sul pelo presidente Chávez”

Contra o comunismo

Em um programa de televisão local, o general Miguel A. García Padgett, comandante-geral do Exército, deixou claro quais são seus temores, ao afirmar que o golpe freou “a expansão desse regime comunista, socialista, disfarçado de democracia, liderada na América do Sul pelo presidente Chávez”. De acordo com ele, o “bolivarianismo” tinha como objetivo alcançar “o coração dos EUA, mas nossas Forças Armadas deram um basta nisso”.

A “presença” de Chávez, no entanto, é mais contundente no lado opositor. O presidente venezuelano é alvo de ataques cotidianos em propagandas transmitidas nos canais de televi-

são alinhados ao regime golpista. Sua foto só aparece para motivo de escárnio, nas manifestações de apoio ao governo de Micheletti. Nos protestos pró-Zelaya, a única imagem estrangeira é a do líder revolucionário Ernesto Che Guevara, presença marcante em muitas camisetas e bonés.

Para o ministro da Casa Civil e Justiça do governo Zelaya, Víctor Meza, a direita hondurenha está cometendo um erro ao relacionar Chávez com a crise do país. “A burguesia cometeu um erro grave ao exagerar sua figura. Tanto que eu não descarto o surgimento de um Chávez hondurenho”, afirma. “E, se ele surgir, nem Zelaya poderá controlá-lo”. (CJ)

EUA negociam um “contragolpe”, avalia ministro de Manuel Zelaya

Enquanto isso, golpistas ganham tempo para consolidar novo governo

da enviada a Tegucigalpa
(Honduras)

Os Estados Unidos estavam atuando em uma resolução paralela para a crise hondurenha, que vai além do acordo de San José, mediado pelo presidente da Costa Rica, Óscar Arias. A opinião é do ministro da Casa Civil e Justiça do governo de Manuel Zelaya, Víctor Meza. A seu ver, os estadunidenses estão negociando com as Forças Armadas um “contragolpe”. Isso implicaria uma “rebelião” de coronéis contra os generais que hoje estão no comando. “Nesse cenário, seriam cortadas as cabeças da velha junta de generais”, afirmou Meza ao **Brasil de Fato** (leia entrevista na página 10).

A outra possibilidade, em sua avaliação, é a assinatura do acordo que prevê a restituição de Zelaya ao poder, porém, impede a realização do referendo da quarta urna. “É o cenário mais viável. Negociamos sobre esta base: o presidente regressa, restauramos a ordem constitucional e discutimos sobre os outros temas”, acrescentou.


A dúvida postura em relação a esse acordo, no entanto, vem permitindo ao governo de fato ganhar tempo. Nos últimos dias, a gestão de Roberto Micheletti convidou e rejeitou, no lapso de 48 horas, a presença de uma missão de observação da Organização de Estados Americanos (OEA). A convite do governo golpista, a entidade aceitou enviar uma comissão de chanceleres para avaliar a crise.

“Imparcialidade”

No dia 8, porém, Micheletti desautorizou a presença da missão, questionando a imparcialidade de Jo-

sé Miguel Insulza, secretário-geral do organismo. Um dia depois, o presidente de fato voltou atrás novamente e disse autorizar a visita, que ainda não tem data para chegar ao país. A OEA preferiu guardar silêncio diante de tal postura.

Para a Frente de Resistência contra o Golpe, o governo no poder atuou em dois campos conjuntamente, tentando neutralizar o possível encontro da missão da OEA com a grande manifestação que havia sido convocada para o dia 11 (*leia matéria na página 10*). “Está claro que os golpistas não queriam que os chanceleres vissem a massiva manifestação de resistência”, afirma Rafael Alegría, da direção da Frente. A outra manobra estaria relacionada com o tempo. Quanto mais a OEA tarda em “soltar alguns nós” nas negociações para facilitar o acordo de San José, que poderia ser retomado nos próximos dias, mais tempo terá Micheletti para consolidar seu governo até as eleições de novembro. (CJ)



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO RURAL DOS PEQUENOS AGRICULTORES E DA REFORMA AGRÁRIA – CREH NOR CENTRAL
CNPJ: 05.879.577/0001-39
NIRE: 43400088547 DE 28/08/2003

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Coordenador Geral da Cooperativa Central de Crédito Rural dos Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária – CREH NOR CENTRAL, inscrita no CNPJ sob o nº 05.879.577/0001-39, estabelecida à Av. Duque de Caxias, 1.597 – sala 101, município de SARANDI, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto Social, C O N V O C A todos(as) os(as) associados(as), que nesta data somam 06 (seis) em condições de votar, para reunirem-se em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a ser realizada no dia 28 de agosto de 2009, nas dependências da sede da cooperativa em endereço supra citado, às 8 horas (oito horas), em primeira convocação com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos associados em condição de votar, às 9 horas (nove horas) em segunda convocação com a presença de metade mais um dos associados em condição de votar; e às 10 horas (dez horas) em terceira e última convocação com a presença de qualquer número de associados em condição de votar, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

- 1) Re-ratificação da prestação de contas do exercício de 2009 aprovada na AGO de 31/03/2009, conforme segue:
 - a) Relatório de Gestão;
 - b) Demonstrativo de Resultados do Exercício Social;
 - c) Apresentação do Parecer do Conselho Fiscal;
 - d) Apresentação do Parecer de Auditoria;
 - e) Destinação dos resultados apurados no exercício.
- 2) Alteração dos artigos 7º; artigo 22º, parágrafo II; artigo 32º; artigo 47º; artigo 56º, parágrafo III do Estatuto Social, com a inclusão ou exclusão de incisos e parágrafos renumerando os demais, com a finalidade de adequar à Lei Complementar nº 130/2009;
- 3) Alteração do artigo 4º, parágrafo único; e artigo 23º, I do Estatuto Social;
- 4) Alteração do artigo 24 e incisos renumerando os incisos subsequentes, e parágrafo II do mesmo Artigo, Artigo 35 e parágrafo I do Estatuto Social;
- 5) Alteração dos artigos 36, 37; artigo 38, parágrafo II do inciso IV; artigo 39, inciso XXVI; artigo 40, incisos I, III e IV; artigo 41, incisos VI e X; artigo 42, incisos VI e XI; artigo 49, incisos XII e XIV, parágrafo único; e artigo 63, inciso I do Estatuto Social;
- 6) Consolidação do Estatuto Social;
- 7) Assuntos gerais de interesse da sociedade.

Sarandi (RS), 13 de agosto de 2009.
Valdemar Alves de Oliveira
Coordenador Geral